



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**2ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

**SENTENÇA**

Processo nº: **1004805-37.2017.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Defeito, nulidade ou anulação**  
 Requerente: **Luiz Henrique Vigário e outro**  
 Requerido: **Antonio Francisco Vigário e outros**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Marcelo Luiz Seixas Cabral**

Vistos.

Compulsando os autos verifico que ainda faltam as procurações de Antonio Carlos de Oliveira, Valdemir Vigário, Espólio de Rosa Borelli Vigário e Conrado Vigário. Entretanto, ainda que se trate de doação de imóvel, verifico que a parte autora, devidamente representada, é quem abre mão do bem, ficando os requeridos obrigados ao pagamento de quantia em dinheiro.

Assim, **HOMOLOGO O ACORDO** de fls. 136/139 apenas em relação aos requeridos representados nos autos, para que surta os seus efeitos jurídicos e legais. Há resolução de mérito, nos termos do art. 487, inciso III, "b", do NCPC.

Não há custas finais, nos termos do art. 90, §3º, do CPC.

Diante do documento de fl. 135, intime-se a parte autora para informar, no prazo de 5 dias, se houve ou não a quitação do débito. Sua inércia implicará o reconhecimento da solvência integral e consequente extinção nos termos do art. 924, inciso II do NCPC.

No mais, aguarde-se o cumprimento do acordo, nos termos do art. 922 do NCPC. Em até 05 dias corridos da data estabelecida para o cumprimento da cláusula 3, deverão as partes peticionarem nos autos, independente de intimação, para informar se houve ou não a satisfação da obrigação. Friso que sua inércia também implicará o reconhecimento da solvência integral e consequente extinção nos termos do art. 924, inciso II do NCPC.

P.I.

São Carlos, 17 de abril de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**